

Políticas Públicas Educacionais e as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o Ensino Superior brasileiro

Educational Public Policies and the goals of the National Education Plan (PNE) for Brazilian Higher Education

Thiago Silva Prado
Dayane Horwat Imbriani de Oliveira
Maria Luisa Furlan Costa
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Maringá-PR-Brasil

Resumo

O objetivo geral do presente estudo é o de compreender as relações entre as Políticas Públicas e o Ensino Superior, refletindo sobre as interferências neoliberais na oferta de um bem público. Dessa forma, organizaram-se alguns dados obtidos por meio das estatísticas do Censo da Educação, publicado periodicamente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os quais se relacionam diretamente com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE). Os resultados demonstraram que passados seis anos da implantação da Lei 13.005/2014, pouco se avançou em aspectos reais na Educação Superior no Brasil. Entretanto, destaca-se que ainda restam quatro anos para o prazo estabelecido no PNE. Sendo assim, o artigo apresenta pistas sobre o estabelecimento de quantitativos em relação às expectativas de mercado, apontando por meio de manuais de boas-práticas, os ideários neoliberais, que necessitam de argumentos para adentrar e interferir cada vez mais nas Políticas Públicas Educacionais.

Palavras-chave: Ensino Superior; Plano Nacional de Educação; Políticas Públicas.

Abstract

The general objective of this study is to understand the relationship between Public Policies and Higher Education, reflecting on the neoliberal interferences in the offer of a public good. Thus, some data obtained through the statistics of the Education Census, published periodically by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP), were organized, which are directly related to the Targets established in the National Education Plan (PNE). The results showed that six years after the implementation of Law 13.005/2014, little progress was made in real aspects in Higher Education in Brazil. However, it is noteworthy that there are still four years to the deadline established in the PNE. Thus, the article presents clues about the establishment of quantitative values in relation to market expectations, pointing out, through good practice manuals, the neoliberal ideas, which need arguments to enter and interfere more and more in Educational Public Policies.

Keywords: Higher Education; National Education Plan; Public policy.

Introdução

Compreender as Políticas Públicas Educacionais brasileiras é muito relevante para identificar como o sistema opera em relação ao Ensino Superior, tanto na esfera pública como na privada. Dessa forma, as construções neste campo corroboram com o atual Plano Nacional de Educação (PNE), o qual dentre suas metas pretende ampliar a taxa bruta de matrículas e a qualidade do Ensino Superior brasileiro, estabelecido para um período de dez anos, publicado por meio da Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Assim, torna-se imprescindível uma análise sobre como essas políticas são implementadas, uma vez que um bem público precisa contemplar todos os cidadãos, evitando privilegiar classes específicas da sociedade.

Nessa perspectiva, o presente estudo teve como problemática investigar as interferências do neoliberalismo na construção e execução de Políticas Públicas Educacionais brasileiras, com ênfase no Ensino Superior. Essa inquietação requer um aprofundamento sobre as contradições da sociedade capitalista em relação ao que se estabelece como políticas, as quais tendem a favorecer a mercadorização da educação, o que se efetiva pela quantidade de instituições privadas brasileiras, atuantes nas modalidades presenciais e a distância, na oferta de cursos de nível superior nas engenharias, bacharelados, licenciaturas dentre outros.

Como objetivo geral, o artigo busca compreender as relações entre as Políticas Públicas e o Ensino Superior, refletindo sobre as interferências neoliberais na oferta de um bem público, a Educação. Para alcançar este objetivo, delinearam-se como específicos a apresentação sobre o histórico da universidade brasileira, uma revisão sobre o surgimento do neoliberalismo e seus impactos para a sociedade e, por último, uma breve análise sobre as metas 12 e 13 do Plano Nacional de Educação (PNE).

O artigo se justifica por discutir uma temática pertinente à sociedade brasileira, que precisa de informações esclarecidas para conhecer o sistema educacional nacional e como suas mazelas podem acarretar prejuízos particulares e coletivos aos brasileiros. Portanto, as explanações realizadas favorecem o campo de estudos na área de Educação e afins, demonstrando por meio de uma revisão bibliográfica, as contradições do capital por meio de interferências neoliberais nas Políticas Públicas. Para os autores, torna-se um mecanismo

de aprofundamento teórico, que culminará em novos estudos no que tange ao Ensino Superior no Brasil.

Para atingir os objetivos propostos o texto está organizado da seguinte forma. Uma breve introdução e, na sequência, uma apresentação das Políticas Públicas e o histórico das universidades brasileiras. A seção seguinte traz uma discussão sobre as interferências neoliberais que se completa com uma análise sobre as metas 12 e 13 do Plano Nacional de Educação (PNE). Além das explanações teóricas, encontram-se as seções destinadas às considerações iniciais e finais, bem como as referências utilizadas na construção dos argumentos.

Procedimentos Metodológicos

Compreender o percurso metodológico é muito relevante para que as contribuições apresentadas estejam coerentes e alinhadas aos objetivos e intenções da pesquisa. Sendo assim, de forma a organizar o trabalho e possibilitar o rigor científico exigido pela academia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva, com a finalidade de se atingir o objetivo geral, sendo ele o de compreender as relações entre as Políticas Públicas e o Ensino Superior, refletindo sobre as interferências neoliberais na oferta de um bem público, a Educação.

Como forma de elucidar os motivos pelos quais optamos pela pesquisa qualitativa, retomamos o que afirma Stake (2011, p. 21) ao dizer que:

Cada uma das divisões da ciência também possui um lado qualitativo em que a experiência pessoal, a intuição e o ceticismo trabalham juntos para ajudar a aperfeiçoar as teorias e os experimentos. Qualitativa significa que seu raciocínio se baseia principalmente na percepção e na compreensão humana.

Com isto, notamos que ao debruçar-se de forma qualitativa sobre um tema tão importante para a sociedade, necessitamos de um olhar diferenciado para a situação, pois nem sempre as Políticas Públicas se apresentam e se configuram de forma clara e objetiva. Por vezes, as intenções estão claramente voltadas para obscurecer as propostas dando vantagens para uns e desvantagens para outros. Por isso, “quanto mais estudamos as relações humanas, mais esperamos que as coisas funcionem de formas diferentes em situações diferentes” (STAKE, 2011, p.23). Ou seja, buscamos por meio dessas reflexões

Políticas Públicas Educacionais e as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o Ensino Superior brasileiro

apontar que temos muito que avançar no que tange à Educação Superior brasileira, para que efetivamente possamos ver o sistema funcionando de forma diferente.

A proposta está delineada também como bibliográfica, uma vez que ela parte de uma inquietação sobre as interferências neoliberais na Educação Superior, sendo isso explorado por meio da revisão acerca do histórico da Universidade brasileira, com uma análise posterior nas metas 12 e 13 do Plano Nacional de Educação (PNE). O levantamento partiu do pressuposto apresentado por Gil (2018, p. 54) sobre a coleta que pode ocorrer em materiais já publicados de diversos tipos, os quais passaram pelo que o autor chama de leitura exploratória, a qual “tem por objetivo verificar em que medida a obra consultada interessa à pesquisa”.

Além do referencial obtido por meio de livros e periódicos científicos, a pesquisa levantou dados estatísticos disponibilizados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), com aproximações a partir do ano de 2014. De forma descritiva, foram realizadas correlações entre o que se pretendia no PNE e o que foi obtido de resultados na Educação Superior brasileira em relação às metas 12 e 13. Gil (2018, p. 26) vai afirmar que as pesquisas descritivas “têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”. Assim, os dados foram apresentados e discutidos, sem entrar nos méritos de sua elaboração, ou seja, na forma pela qual eles foram obtidos e publicados pelo INEP.

De forma geral, estes procedimentos atenderam a necessidade do estudo. Todavia, em pesquisas futuras sugere-se que sejam ampliadas as possibilidades metodológicas, favorecendo ainda mais o campo da Educação, com investigações que favoreçam a área, mas, sobretudo, a sociedade.

Políticas Públicas e o histórico das Universidades brasileiras

Para analisar o cenário contemporâneo do Ensino Superior brasileiro é necessário verificar como este nível de ensino se estabeleceu no país, bem como as interferências que ocorreram em sua consolidação. Leher ao prefaciar a obra de Florestan Fernandes, intitulada *Universidade Brasileira – reforma ou revolução*, destaca para a pertinência e atualidade das palavras de Fernandes (2020), as quais ecoam no sentido de confirmar que as Universidades possuem papel fundamental no desenvolvimento social, mas que embora tenham ocorridos alguns avanços, ainda há muito que se progredir para uma universalização

de conhecimentos, cultura, artes, tecnologias, que podem garantir melhorias para toda uma civilização.

Nessa perspectiva, é imprescindível lutar por uma Educação que cumpra com seu objetivo social, sendo ela um bem públicoⁱ, que deve ser acessível a todos que atendam aos critérios estabelecidos por cada Universidade, escolhendo cursos de diversas composições, podendo ser bacharelados, licenciaturas, engenharias, tecnológicos, dentre outros. Entretanto, para que existam oportunidades iguais, cabe ao Estadoⁱⁱ desempenhar suas funções, promovendo as condições adequadas de ingresso e permanência dos estudantes em instituições públicas de qualidade. Leher, no referido prefácio, faz um destaque muito relevante sobre a perspectiva de Fernandes quanto ao movimento que se concretizou na sociedade:

No Brasil, e em diversos países, está em curso um movimento de extrema-direita que almeja ressignificar a ciência como “ficção verbal”, apagando a busca do conhecimento aproximado do real e, por isso, instaurando um terreno propício ao irracionalismo e ao antissecularismo, situações que, historicamente, aninharam o ovo da serpente do fascismo (FERNANDES, 2020, p. 23).

Esse mecanismo utilizado ao redor do mundo acaba por desacreditar o Ensino Superior em sua função real, que implica em favorecer o contato com o conhecimento histórico elaborado pela humanidade, como uma forma de superação da alienação, ignorância e marginalidade. Para Fernandes (2020, p. 23, **grifo nosso**) “a universidade, como lugar da ciência, da cultura, da arte, tem a responsabilidade de contribuir para **extirpar o medo, a confusão**”. Assim, o estudante ao ingressar em uma instituição pública de qualidade, toma consciência sobre o que de fato acontece em um país e no mundo, nos aspectos da economia, da política e tantas outras áreas, fazendo com que olhe para a realidade de forma crítica, tornando-se um agente transformador.

Fernandes (2020, p. 39) salienta que a Universidade só poderá se renovar e se reconstruir, a partir do momento em que, na sociedade brasileira, houver a implantação de uma “democracia de participação ampliada e que, a longo prazo, sejamos capazes de lutar, ao lado das classes trabalhadoras e das massas populares, pela transformação dessa democracia numa democracia da maioria e socialista”. Para o autor, existe uma contradição no que tange a Educação, uma vez que a maneira como ela se realiza atende a indivíduos

Políticas Públicas Educacionais e as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o Ensino Superior brasileiro

privilegiados de forma muito mais efetiva, servindo para perpetuação das classes dominantes, que se beneficiam de cursos mais elitizados e participam das Políticas Públicas, para influenciar na manutenção de um sistema injusto.

Historicamente, podemos notar que no Brasil o Ensino Superior se originou como Educação para as elites. Como aponta Oliven (2002, p. 24) “para graduarem-se, os estudantes da elite colonial portuguesa, considerados portugueses nascidos no Brasil, tinham de se deslocar até a metrópole”. Como destaca, a formação superior no Brasil ocorreu de forma atípica em relação aos demais países latino-americanos:

Com relação às suas origens e características, o desenvolvimento do sistema de educação superior, no Brasil, pode ser considerado um caso atípico no contexto latino-americano. Desde o século XVI, os espanhóis fundaram universidades em suas possessões na América, as quais eram instituições religiosas, que recebiam a autorização do Sumo Pontífice, através de Bula Papal. O Brasil Colônia, por sua vez, não criou instituições de ensino superior em seu território até início do século XIX, ou seja, quase três séculos mais tarde (OLIVEN, 2002, p. 24).

Sendo assim, no período colonial, a formação dos brasileiros ficou a encargo da Companhia de Jesus, onde “os jesuítas dedicavam-se desde a cristianização dos indígenas organizados em aldeamentos, até a formação do clero, em seminários teológicos e a educação dos filhos da classe dominante nos colégios reais” (OLIVEN, 2002, p. 24). Para as elites era possibilitada uma Educação diferenciada, de forma que pudessem apropriar-se de todo o conhecimento necessário, para no futuro frequentarem a Universidade de Coimbra, em Portugal. Porém, em 1759 os jesuítas foram expulsos do país, gerando uma crise na Educação, uma vez que eles possuíam a maioria dos educandários da colônia.

Em 1808, quando chega a Família Real Portuguesa no Brasil, acontece um movimento coordenado pelos comerciantes locais, por meio de uma solicitação a Dom João VI, príncipe regente, para que fosse criada uma Universidade no país, colocando-se à disposição da coroa para participar colaborando financeiramente. Entretanto, o pedido não foi acatado da forma esperada, ao invés disso, Salvador/BA passa a sediar os cursos de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia. “Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, foram criados, nessa cidade, uma Escola de Cirurgia, além de Academias Militares e a Escola de Belas Artes, bem como o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico” (OLIVEN, 2002, p. 25).

Para Bortolanza (2017, p. 2):

As universidades foram criadas após muita resistência de Portugal e também de brasileiros que as julgavam desnecessárias na Colônia. Entretanto, ainda no século XIX, diante das dificuldades encontradas pelas classes dominantes em conseguir acesso para cursar as universidades da Europa, criaram-se medidas para instituir o Ensino Superior no Brasil.

Para tanto, foram necessárias algumas etapas no decorrer dos anos para o desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil. De acordo com Oliven (2002) a primeira etapa, ainda na República Velha, ocorreu de 1889 a 1930, com a criação da primeira Universidade em 1920. A segunda de 1930 a 1964, onde na Nova República, por intermédio do Presidente Getúlio Vargas, foi criado o Ministério de Educação e Saúde, aprovando em 1931, com Francisco Campos (primeiro titular do Ministério), o Estatuto das Universidades brasileiras, que foi utilizado até meados de 1961. O Estatuto previa que:

A universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica (OLIVEN, 2002, p. 27).

A próxima etapa se consolida já no período da ditadura militar no país, de 1964 a 1985. Fernandes (2020, p.35) ao contextualizar o cenário que se cristalizou neste período, destaca que “a universidade foi esterilizada politicamente e, diga-se de passagem, com franca e aberta colaboração de professores e estudantes adeptos da contrarrevolução e do regime ditatorial”. Neste momento, as instituições de ensino superior não podiam manifestar-se de forma livre, estando proibidas de exercer qualquer função contestadora. Fernandes (2020, p. 35) vai concluir que os anos acumularam uma sociedade colapsada, cunhando o termo “universidade do silêncio”.

Com a aprovação da nova Constituição Federal de 1988, passa-se a uma nova etapa na Educação brasileira, carregando consigo uma série de interferências ainda do regime militar, mas a passos lentos, rumo a uma emancipação das cadeias do passado. Cury (2005) faz uma retrospectiva das bases legais da Educação brasileira, destacando também a consolidação das relações público-privada, que favorecem a mercadorização da Educação, a ser discutida na sequência. Dentre as legislações apresentadas pelo autor encontram-se a Constituição de 1824, o decreto n. 7.247 de 1879 de Leôncio de Carvalho, a Constituição de

Políticas Públicas Educacionais e as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o Ensino Superior brasileiro

1891, o decreto n. 1.159 de 1892, até a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da Educação nacional.

O neoliberalismo nas políticas educacionais

Para refletir sobre o neoliberalismo e seus mecanismos de interferência social, principalmente nos aspectos da Educação, precisamos compreender que no capitalismo existem duas classes antagônicas, sendo elas a burguesia e o proletariado, em um constante movimento de lutas (MARX; ENGELS, 2008). Nesse sentido, aqueles que possuem apenas sua força de trabalho para vender, acabam sendo explorados, expropriados e manipulados pelos abastados e detentores do capital. Retomando um questionamento de Marx (2011, p. 81) no 18 Brumário de Luís Bonaparte, notamos que a inquietação do autor é tão pertinente e poderíamos refazê-la tranquilamente no cenário atual, quando questiona “Se vós que estais no topo do Estado tocais o violino, por acaso não esperais que os que estão lá embaixo dançam?”.

Marx (2011, p. 25) também faz uma introdução significativa para as relações que se estabelecem nesse modelo de sociedade:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.

Nos excertos apresentados, Marx (2011) realiza uma reflexão a partir da realidade da França em meados de 1799, entretanto, ao fazer estas aproximações nota-se pertinência e atualidade, até mesmo em comparação com o Brasil, principalmente a partir das eleições presidenciais de 2018. Como afirma o autor, ao recordar uma das passagens de Hegel, “todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encarnados, por assim dizer, duas vezes [...] a primeira como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2011, p. 25). Dessa forma, é cabível pensar que os véus que se rompem na contemporaneidade são resquícios de uma história carregada de situações e sujeitos que ditaram, de alguma forma, as regras que culminaram em um Estado corrompido.

Nesse sentido, para elucidar a questão do neoliberalismo e a atuação do Estado, Gentili (1996, p. 2) destaca que “os governos neoliberais não só transformam materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, também conseguem que esta

transformação seja aceita como a única saída possível (ainda que, às vezes, dolorosa) para a crise”. O desejável na perspectiva neoliberal é uma participação mínima do Estado na oferta, manutenção e avaliação dos serviços públicos. A retórica enfatiza o sucateamento e desalento das instituições públicas, como uma justificativa para a inserção da iniciativa privada.

Sucintamente, Gentili (1996) complementa que em uma construção hegemônica, o neoliberalismo toma forma a partir de uma dupla dinâmica:

Por um lado, trata-se de uma alternativa de poder extremamente vigorosa constituída por uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise capitalista. Por outro lado, ela expressa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica de nossas sociedades a construção e a difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante (GENTILI, 1996, p. 1).

Como podemos notar, para os neoliberais “esta crise se explica, em grande medida, pelo caráter estruturalmente ineficiente do Estado para gerenciar as políticas públicas” (GENTILI, 1996, p. 5). Portanto, o projeto é sempre no sentido de encontrar alguma fragilidade, para que a iniciativa privada assuma papéis públicos, mesmo que para isso, seja preciso prejudicar a imagem das instituições do Estado, as quais possuem obrigações para com o ‘bem comum’. A Educação é uma das áreas atingidas, tornando-se para investidores, empresários e grandes grupos, alguns até com abertura de capital na bolsa de valores, um mercado altamente lucrativo.

Koga e Guindani (2017, p. 90) destacam que “é possível verificar que a principal característica do neoliberalismo é a ampliação do raio de ação da lógica de mercado”. O Estado em meio a esse sistema deve ser imparcial e interferir o mínimo possível nas relações que se estabelecem nesta configuração. “Assim, diante desse papel atribuído à educação, aliado à diminuição cada vez maior do Estado, a educação foi sendo enquadrada no setor de prestação de serviços” (KOGA; GUINDANI, 2017, p. 92). Nessa nova lógica, torna-se muito difícil vislumbrar uma retomada adequada das funções públicas em relação à iniciativa privada, uma vez que as interferências não ocorrem apenas na oferta dos serviços na área da Educação, mas também na elaboração das políticas educacionais.

Políticas Públicas Educacionais e as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o Ensino Superior brasileiro

A expansão educacional sob a perspectiva do neoliberalismo tem disseminado a formação mínima, que instrumentaliza a maior parte da classe trabalhadora, e especializa parte dela para suprir as necessidades produtivas, e paralelamente a esta realidade existe a educação da e para a elite que, abrigada no sistema privado de ensino, não abre mão dos conteúdos e das cargas pesadas de conhecimento (BASSO; BEZERRA-NETO, 2014, p. 7).

As políticas públicas nesse cenário engendrado pelo neoliberalismo na perspectiva de Santinello, Costa e Santos (2020) devem ser resultado das ações governamentais implementadas a partir dos interesses ou necessidades coletivos de uma sociedade, devendo possibilitar benefícios para os cidadãos. Sendo assim, privilegiar determinadas classes por meio de um ensino privado e sistemas educacionais mercadologicamente estruturados, acarreta no aumento das desigualdades sociais. Koga e Guindani (2017, p. 95) reforçam que “o mote essencial é a centralidade no indivíduo”, ou seja, “para estratos sociais diferentes, ensinos diferentes” (KOGA; GUINDANI, 2017, p. 93).

Essa lógica neoliberal e globalizada que perpassa todos os níveis de educação promove uma prática pedagógica não mais baseada em conteúdos fechados, mas sim na flexibilidade e nas competências solicitadas pelo sistema econômico. À universidade é outorgado o papel de formação profissional voltada às demandas do mercado (KOGA; GUINDANI, 2017, p. 98).

Isto posto, torna-se relevante e pertinente às discussões acerca das Políticas Públicas Educacionais, o acesso dos estudantes em todos os níveis de formação, a qualidade do ensino, bem como as parcerias público-privada que vão se estabelecendo. Neste artigo, optamos em apresentar uma breve análise da consolidação das lógicas neoliberais, verificando o atendimento das metas 12 e 13 do Plano Nacional de Educação, deixando pistas e instigações para o levantamento de novos dados acerca do objeto, que requer um olhar minucioso, crítico e reflexivo, para contribuir com a superação das interferências neoliberais. Portanto, a análise a ser apresentada na seção a seguir restringe-se em seu delineamento metodológico, a partir da lei n. 13.005 de 2014.

Análise sobre as metas 12 e 13 do Plano Nacional de Educação (PNE)

Com intuito de contribuir com o objetivo geral do presente artigo, o qual pretende compreender as relações entre as Políticas Públicas e o Ensino Superior, refletindo sobre as interferências neoliberais na oferta de um bem público, a presente seção busca, de forma sucinta, apresentar alguns dados que refletem as metas 12 e 13 do Plano Nacional de Educação (PNE)ⁱⁱⁱ. Metodologicamente, optamos por uma abordagem bibliográfica, sendo

que na perspectiva de Perovano (2016) pode ser realizada por meio de levantamento de fontes primárias e secundárias para identificar determinados fenômenos. Exemplificando, para a organização dos quadros a seguir, realizamos um levantamento junto ao INEP^{iv} (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), por meio das estatísticas a partir do ano de 2014.

Os dados organizados pelo INEP por meio do Censo da Educação Superior foram coletados de 2014 a 2019, ou seja, desde o estabelecimento do Plano Nacional de Educação (PNE) até o último ano do censo, já que em 2021 não houve registro de dados por conta da Pandemia da COVID19. Nas estatísticas anuais são verificadas muitas informações, entretanto, de forma a elucidar a problemática inicial, organizamos dois quadros, o primeiro com dados sobre o total de vagas disponibilizadas por ano, tanto em instituições públicas quanto nas instituições privadas e, o segundo, com o montante de vagas, total de ingressantes e concluintes no Ensino Superior no Brasil. Neste momento, não foram fragmentadas as quantidades por modalidades, por exemplo, a distância ou presencial.

Os dados corroboram para uma breve compreensão das metas 12 e 13 do Plano Nacional de Educação, que pretendem:

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. **Meta 13:** Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores (BRASIL, 2014, *online*).

Para cada meta são estabelecidas estratégias para sua efetivação. Porém, observamos neste momento apenas as questões relacionadas à **elevação da taxa bruta de matrículas**, e também sobre a **qualidade da Educação Superior**. Outros dados podem ser analisados, envolvendo até mesmo os programas sociais de acesso ao Ensino Superior, os quais tendem a favorecer de forma explícita a acumulação de capital dos grandes grupos educacionais. Quanto ao atendimento da meta 12, observamos o quadro a seguir:

Políticas Públicas Educacionais e as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o Ensino Superior brasileiro

Quadro 1 – Total de Vagas

Ano	Total de Vagas	Instituições Públicas	Iniciativa Privada
2014	8.081.369	793.948	7.287.421
2015	8.531.655	764.616	7.767.039
2016	10.662.501	750.850	9.911.651
2017	10.779.086	823.843	9.955.243
2018	13.529.101	835.569	12.693.532
2019	16.425.302	837.809	15.587.493

Fonte: INEP (2020, online).

No quadro 1 é possível compreender que de 2014 para 2019 houve um aumento de aproximadamente 103% no total de vagas. Deste montante, nas instituições públicas a elevação aproximada foi de 5,5% e na iniciativa privada de 113%. Além disso, o quadro 2 complementa as perspectivas da Meta 12, conforme a seguir:

Quadro 2 – Matrículas a partir do PNE

Ano	Matrículas	Ingressos	Concluintes
2014	7.828.013	3.110.848	1.027.092
2015	8.027.297	2.920.222	1.150.067
2016	8.048.701	2.985.644	1.169.449
2017	8.286.663	3.226.249	1.199.769
2018	8.450.755	3.445.935	1.264.288
2019	8.603.824	3.633.320	1.250.076

Fonte: INEP (2020, online).

Por meio do quadro 2, nota-se que de 2014 para 2019 houve uma elevação de aproximadamente 10% no total de matrículas do Ensino Superior brasileiro, para o mesmo período, uma elevação aproximada de 16,8% de ingressantes e de 21,7% de concluintes. Com isto, podemos confirmar que decorridos seis anos do PNE, apenas 1/5 da Meta 12 foi alcançada. Se discutidos os dados anteriores ao período de início do plano, temos que “quando se comparam os anos de 2009 e 2019, observa-se um aumento no número de matrículas de 47,3% na rede privada e de 36,5% na rede pública” (BRASIL, 2020, online). Portanto, restam quatro anos para que as metas sejam alcançadas.

Esta forma de mensuração de dados, a partir de estatísticas e metas é muito delicada, pois se refere a uma prática comumente utilizada no mundo organizacional, como estratégia de manipulação e também para mascarar os demais problemas intrínsecos aos dados, mas que não são notáveis nas porcentagens. Azevedo (2016, p. 1410) ressalta uma

possibilidade de gestão neoliberal, conhecida como *Benchmarking*, que “em inglês, significa medir a qualidade de uma coisa, comparando-a com outra coisa de um padrão aceito”. Para o autor:

A educação superior, em especial, recorre ao método de *Benchmarking* para avaliações, gestão de sistemas, coordenações e convergências. *Benchmarking* é central no processo de harmonização e convergência dos sistemas de educação superior e nos movimentos de integração dos campos sociais acadêmicos do Mercosul e, especialmente, na Europa; respectivamente, por intermédio do Mercosul Educativo e do Processo de Bolonha^v (AZEVEDO, 2016, p. 1414).

Outra métrica que pode ser utilizada para compreender a Meta 13 do Plano Nacional de Educação, sobre a qualidade do Ensino Superior no Brasil, é o IGC das instituições. Em seu cálculo “são utilizados a média dos conceitos preliminares dos cursos da instituição (CPC) – componente relativo à graduação – e o conceito fixado pela Capes^{vi} para a pós-graduação” (INEP, 2010, *online*). De acordo com o instituto, as estatísticas são estabelecidas por meio de média ponderada, nos diferentes níveis, sendo na graduação, mestrado e também doutorado. A média envolve instituições públicas e privadas, ranqueando-as, onde o conceito 5 (cinco) refere-se ao melhor nível de qualidade e o conceito 1 (um) o pior nível.

Os dados mais recentes do IGC demonstram o seguinte cenário:

Quadro 3 – Quantitativo de instituições quanto ao IGC (2019)

Índice Geral de Cursos da Instituição					
Sem conceito	IGC 1	IGC 2	IGC 3	IGC 4	IGC 5
20	6	250	1.320	448	46

Fonte: INEP (2020, *online*).

Com o quadro três notamos um cenário preocupante, caso os dados realmente sejam reflexo da verdade vivenciada pelas instituições de Ensino Superior brasileiro. Podemos notar que a maioria das instituições ocupa o grau mediano do IGC (1.320), onde apenas 46 obtiveram o conceito máximo. Ao todo, 2.090 instituições foram inseridas nos dados que são do ano de 2019. Azevedo (2016, p. 1425) realiza uma reflexão que vem ao encontro dessa forma de gerencialismo:

De certa maneira, o método de administração e regulação baseado em *benchmarking* é incorporado ao Novo Gerencialismo Público (*New Public*

Políticas Públicas Educacionais e as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o Ensino Superior brasileiro

Management - NPM), que prevê a governança e a regulação distanciadas dos conflitos diretos. A nova gestão pública procura construir consensos, no limite, por intermédio de tabelas, de algoritmos e das “evidências” representadas nos manuais de “boas práticas”.

Os dados percentuais despertam o interesse daqueles que os observam sem fazer o exercício da crítica, a qual Paulo Netto (2011, p. 18) vai indicar que “consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais”. Portanto, ao entregar estatísticas periodicamente, o Estado não demonstra efetivamente o movimento do real, ou seja, não é possível fazer uma leitura concreta dos dados, pois, no mundo corporativo (modelo de gestão neoliberal), existem mecanismos para engalanar resultados para a autopromoção.

Considerações Finais

Mediante aos dados apresentados, evidenciou-se alguns números em relação ao Ensino Superior brasileiro, o que demonstra pouco avanço para se alcançar as metas estabelecidas a partir do Plano Nacional de Educação (PNE). Além disso, foi possível vislumbrar nuances do contexto histórico das Universidades brasileiras e como o neoliberalismo moldou as bases que sustentam este nível de Educação, privilegiando a burguesia nacional, a qual por meio de cursos elitizados, perpetuam-se em seu estágio de privilégio, tornando-se parte de um sistema injusto, interferindo inclusive, na construção e execução de Políticas Públicas.

Assim, tendo em vista que a problemática do estudo pretendia investigar as interferências do neoliberalismo na construção e implementação de Políticas Públicas Educacionais brasileiras, com ênfase no Ensino Superior, podemos dizer que tal inquietação foi solucionada por meio das discussões das seções do texto, com auxílio de autores de referência para a área da Educação, bem como os teóricos do materialismo histórico dialético, essenciais para a compreensão do funcionamento da sociedade capitalista, que tende a privilegiar algumas classes mais que outras.

Por fim, notou-se por meio do *Benchmarking* a presença do gerencialismo neoliberal, o qual age de forma muito sutil, trazendo recursos da gestão corporativa para dentro da Administração Pública. Essa interferência, na presente análise se confirma por meio do estabelecimento de metas e estratégias, comumente percebidas nas lógicas de mercado, as quais valorizam as instituições que mais se aproximam daquilo que se estabelece nos

manuais de boas práticas neoliberais. Dessa forma, para os neoliberais, os números e percentuais simbolizam a qualidade e o cumprimento do dever mediante aos demais países, o que nem sempre se concretiza na prática.

Isto posto, resta-nos deixar ainda mais inquietações, no sentido de investigar as estratégias e mecanismos utilizados pela política neoliberal brasileira para a promoção de um sistema que abre as portas para a iniciativa privada, transformando a Educação em mais uma mercadoria utilizada para a acumulação de capital. Do outro lado, estão os estudantes, que muitas vezes inconscientes da perversidade capitalista, acabam assumindo um posicionamento que vai contra a sua própria condição social, mais uma justificativa para a luta por Universidades Públicas e de qualidade, que rejeitem os princípios do gerencialismo e erradiquem as lógicas neoliberais, para que livres dessas amarras possam de fato formar cidadãos livres, conscientes e preparados para serem agentes de mudança e transformação social.

Referências

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Educação e Benchmarking: meta-regulação e coordenação de políticas baseadas em indicadores nas chamadas boas práticas. **ANAIS do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR**. 2016, p.1407-1442. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/310467500_Educacao_e_benchmarking_meta-regulacao_e_coordenacao_de_politicas_baseadas_em_indicadores_e_nas_chamadas_boas-praticas. Acesso em 21 de agosto de 2021.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. **Educação e Gestão Neoliberal: a escola cooperativa de Maringá – uma experiência de charter school?**. Maringá: EDUEM, 2021.

BASSO, Daniela; BEZERRA-NETO, Luiz. As influências do neoliberalismo na educação brasileira: algumas considerações. **Revista Itinerarius Reflectionis**. Goiás, v.1, n.16, 2014.

BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do Ensino Superior Brasileiro – uma busca da origem até a atualidade. In: **XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária**, Mar del Plata, Argentina, nov/2017. Disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 15 de agosto de 2021.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]. – Brasília, DF: 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em 21 de agosto de 2021.

Políticas Públicas Educacionais e as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o Ensino Superior brasileiro

CHHIBBER, Ajay. O Estado em um mundo em Transformação. **Finanças & Desenvolvimento**. São Paulo, v. 17, n.3, p.17-20, set./1997.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado na história da educação brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da. **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: GENTILI, P., SILVA, T.T. (org.) **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 21 de agosto de 2021.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores de Qualidade da Educação Superior**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior>. Acesso em 21 de agosto de 2021.

KOGA, Yáscara Michele Neves; GUINDANI, Evandro Ricardo. Educação e Neoliberalismo: interferências numa relação tirânica. **Revista Simbiótica**. Vitória/ES, v.4, n.2, jul-dez/2017.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arroza (org.). **A Educação Superior no Brasil**. Porto Alegre: UNESCO, 2002, p. 31-42.

PAULO-NETTO, José. **Introdução ao estudo em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

SANTINELLO, Jamile; COSTA, Maria Luisa Furlan; SANTOS, Renata Oliveira dos. A virtualização do Ensino Superior: reflexões sobre políticas públicas e Educação Híbrida. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e76042, p. 1-20, 2020. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602020000100603.

Acesso em 20 de agosto de 2021.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas**. Porto Alegre: Penso, 2011.

Notas

ⁱ Para se considerar a educação, sem ressalvas, como um bem público, deve-se ter a garantia de que a presença de um estudante em sala de aula, não implica escassez de educação para outro cidadão, exclusão ou não inclusão de outro estudante (AZEVEDO, 2021, p. 104).

ⁱⁱ Para alcançar o desenvolvimento estável e sustentável, o Estado deve atribuir alta prioridade aos princípios básicos sociais. Somente então as políticas públicas garantirão que o crescimento seja compartilhado e contribua para a redução da pobreza e desigualdade. Em inúmeros países, os ricos desfrutam de maior influência política do que os demais grupos; os governos podem ser pressionados a adotar políticas e programas que beneficiem os ricos, desviando os recursos e serviços dos que deles mais necessitam (CHHIBBER, 1997, p. 18).

ⁱⁱⁱ Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Art. 1º: É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal (BRASIL, 2014, *online*).

^{iv} O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), responsável pelas avaliações e exames, pelas estatísticas e indicadores, e pela gestão do conhecimento e estudos educacionais (INEP, 2021, *online*). Ver em: <http://inep.gov.br/sobre-o-inep>

^v Azevedo 2016 (p. 1414) explica que “o processo de Bolonha, denominação em homenagem à primeira universidade criada na Europa (1088) é o conjunto de eventos relativos ao projeto de integração da educação superior a partir de princípios aprovados por ministros de 29 países europeus em reunião, na cidade de Bolonha, em 1999”.

^{vi} Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Ver: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>

Sobre os autores

Thiago Silva Prado

Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Ensino pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), possui MBA em Gestão de Pessoas e Marketing pelo Centro Universitário Metropolitano de Maringá (UNIFAMMA), especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Estadual de Maringá - (UEM), especializações em Educação - Gestão e Docência no Ensino Superior à Distância (UNIFAMMA), Educação Especial e Neuropsicopedagogia (UNIFAMMA) e graduação em Administração também pelo Centro Universitário Metropolitano de Maringá (UNIFAMMA). Tem experiência na área de Educação em cursos técnicos, graduação e pós-graduação. Atualmente coordenador dos cursos de graduação em Administração (Presencial e EaD) e Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos no Centro Universitário Metropolitano de Maringá - UNIFAMMA. Também coordenador do curso de especialização MBA em Gestão de Pessoas com ênfase em Legislação Trabalhista e Departamento Pessoal. Coordenador do Grupo de Pesquisa e Projeto de Extensão GEIFAMMA. Membro do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CONSEPE do Centro Universitário Metropolitano de

Maringá. Integrante e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação a Distância e Tecnologias Educacionais (GPEaDTEC) - cadastrado no CNPq.

E-mail: prof.thiagoprado@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7462-2481>

Dayane Horwat Imbriani de Oliveira

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), linha de pesquisa em Políticas e Gestão em Educação. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), linha de pesquisa em Políticas e Gestão em Educação (2020). Especialista em História, Arte e Cultura pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), (2018) e Metodologias e Técnicas de ensino pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), (2015). Graduada em Letras - Português/Inglês pela Faculdade Global de Umuarama (FGU), (2013) e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), (2020). Atualmente é Coordenadora Pedagógica na Prefeitura Municipal de Umuarama e Professora do Ensino Superior na Faculdade ALFA Umuarama - UniALFA. Integrante e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação a Distância e Tecnologias Educacionais (GPEaDTEC) - cadastrado no CNPq.

E-mail: oliveira.dayanehorwat@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4804-3697>

Maria Luisa Furlan Costa

Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá (1990), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (1997) e doutorado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual de Maringá. Professora Associada do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. É professora do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História e Políticas da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação a distância, educação, tecnologias educacionais e ensino superior. Foi Diretora do Núcleo de Educação a Distância da Universidade Estadual de Maringá no período de 2008 a 2018 e Coordenadora do Programa Universidade Aberta do Brasil no mesmo período. Atuou como presidente do Fórum Nacional de Coordenadores do Programa Universidade Aberta do Brasil no período de 2013 a 2015. É líder do Grupo de Pesquisas em Educação a Distância e Tecnologias Educacionais (GPEaDTEC) cadastrado no Diretório do CNPq desde 2010. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE-UEM) na gestão 2020-2022.

E-mail: mlfcosta@uem.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4286-5892>

Recebido em: 12/09/2021

Aceito para publicação em: 29/10/2021